

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS, VITORIANISMO E CAPITALISMO

Raphael Barreiros de Farias¹

GT 09 - Políticas Públicas²

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir brevemente sobre o vínculo entre formulação e aplicação de políticas públicas de assistência social e padrões comportamentais-sexuais de gênero vitorianos idealizados no contexto dos Estados Unidos, a partir da industrialização em grande escala por seu território e consolidação do sistema de produção capitalista naquele país. Para tal, se abordará principalmente conceitos como vitorianismo, reprodução social e longos anos 1960, dentre outros, e se refletirá sobre o surgimento, a ênfase, a cobrança e a normatização desses parâmetros comportamentais e sua possível ligação com o capitalismo. Se fará também uma proposta de guia norteador para a formulação de políticas públicas de caráter assistencial tendo-se em conta a realidade norte-americana.

Palavras-chave: Longos anos 1960; Políticas públicas; Costumes.

Abstract: The goal of this article is discussing briefly the link between social assistance policies formulation and application and idealized sex-behavioural gender patterns in the USA's context from early big scale industrialization and the consolidation of the capitalist mode of production in its territory. To achieve that, it will analyze specially some concepts, such as victorianism, social reproduction and the long 1960s, among others, and it will reflect on the emerging, emphasis, insistence and normatization of these behavioural parameters and its possible link with capitalism. It will also make a suggestion of principle guide to assistance policies formulation based on the american reality.

Keywords: Long 1960s; Public policies; Customs.

¹ Doutorando na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Graduado em História pela PUC-Rio. Trabalha com a ruptura geracional em grupos de esquerda nos anos 1960 e apresenta interesse pela questão de costumes e Igreja. E-mail: raphaelbfarias.rbf@outlook.com.br

² Trabalho apresentado na 14ª Semana de Ciências Sociais da PUC-Rio no GT 09.

1. Introdução

O presente texto, de caráter um tanto ensaístico, tem por objetivo refletir brevemente sobre políticas públicas assistenciais, reprodução social, padrões comportamentais vitorianos, e pensar em possíveis percursos a serem trilhados com relação a essas questões na atualidade e/ou no futuro tendo como base ampla bibliografia. Para dar conta de tal tarefa, se apresentará um panorama sobre a ligação entre o modo de produção capitalista e determinadas normas de comportamento pré-estabelecidas há séculos e enfatizadas constantemente de forma intransigente, rígida e normativa sobretudo em certos períodos e por instituições de países centrais do capitalismo — no caso deste texto tendo-se como foco prioritário a experiência norte-americana.

Depois se enfocará no contexto histórico-social e na tradição assistencial estadunidense, sobretudo a partir do século XX — tendo esse país como recorte espacial principal de análise devido à sua importância e centralidade para o capitalismo e, portanto, para a história mundial em geral. Após a realização desse feito será apresentada uma proposta abrangente, possível de guiar a formulação e elaboração de políticas públicas assistenciais principalmente naquela nação. Onde recursos econômico-financeiros abundam, sendo os Estados Unidos considerados, segundo parâmetros baseados no Produto Interno Bruto (PIB) — este consistindo basicamente no valor da soma monetária de todos os bens e rendimentos sobre os serviços de um determinado local —, o país mais rico do planeta.

2. Revolução Industrial, vitorianismo, reprodução social e padrões comportamentais

Com a Revolução Industrial, consolidada primeiramente na Inglaterra em cerca de meados a finais do século XVIII, com o êxodo rural resultado sobretudo dos cercamentos das terras comumente utilizadas pelos antigos camponeses — o qual foi ocorrendo ao longo de séculos, de finais da chamada Idade Média ao contexto após a Revolução Gloriosa na penúltima década do século XVII, dando-se um aspecto produtivo e lucrativo à terra então nas Ilhas Britânicas —, a situação das classes desfavorecidas evoluiu de maneira a tornar-se mais dura e precária. A partir da consolidação da Revolução Industrial e conseqüentemente do sistema de produção capitalista, fruto em grande parte do êxodo rural, além das inovações tecnológicas, deu-se a ampliação das cidades, gerando conglomerados urbanos, pois os antigos camponeses foram habitar sobretudo os espaços urbanizados industriais, onde passaram a trabalhar nas

fábricas e em vários tipos de serviços, em sua maioria precarizados, usualmente ganhando um mínimo que mal dava para sobreviver, trabalhando em torno de doze horas por dia e, na maioria das vezes, em condições insalubres. Essas urbes cresceram rápido e de maneira despreparada em sua infraestrutura, o que fazia com que a maior parte das classes populares habitantes das cidades grandes e industrializadas, da segunda metade do século XVIII em diante, vivesse em favelas e cortiços, moradias aglomeradas e insalubres nas quais normalmente inexistia saneamento — resultando na proliferação de doenças e ocorrência de epidemias constantemente, sobretudo de cólera e tuberculose. Ao passo que o mesmo fenômeno da Revolução Industrial e ascensão do capitalismo como sistema de produção predominante no mundo resultou num aumento da riqueza e, consequentemente, do poder de compra das classes abastadas (HOBSBAWM, 1977).

Nos Estados Unidos, a industrialização, principalmente nos estados do norte do país, a consolidação do capitalismo desenvolvido e o crescimento sobretudo demográfico dos espaços urbanos vieram acompanhados, e sendo resultado, da chegada de grandes levas de imigrantes normalmente da Europa — mas também da Ásia dentre outras regiões. Depois da Guerra de Secessão e do consequente fim da escravidão, a migração interna proveniente sobretudo das zonas rurais dos estados sulistas, os quais eram majoritariamente agrários e estavam bastante danificados pelo conflito, também se fez importante para a explosão demográfica das urbes estadunidenses (KARNAL *et al.*, 2011; GRANT, 2012).

Com o crescimento das cidades, nas quais boa parte de suas populações — a parcela destas que consiste nas classes desfavorecidas — viviam amontoadas em grandes aglomerações urbanas precárias, e com o enriquecimento dos setores abastados da sociedade, resultado da Revolução Industrial e da consolidação do sistema de produção capitalista, o leque de possibilidades comportamentais-sexuais aumentou (GRIFFIN, 2013). Apesar dessa ampliação nas possibilidades de práticas sexuais, a maior parte das pessoas — fossem pertencentes às classes desfavorecidas ou abastadas — continuou prezando e se pautando em valores comportamentais tidos como tradicionais, normalmente associados ao meio rural, o que pode ser imaginado como resultado, dentre outros possíveis fatores, da maioria absoluta do povo ter origem e/ou vínculos com os espaços agrários do campo — sem contar que a população mundial continuava majoritariamente vivendo em zonas rurais (HOHENBERG; LEES, 1995).

Basicamente nessa mesma época, da segunda metade do século XVIII a meados do XX, as instituições vinculadas aos países europeus e dos Estados Unidos passaram a reforçar insistentemente determinados padrões comportamentais, sexuais e de gênero idealizados,

restritivos e demarcados — consistindo sobretudo no ideal de família monogâmica cis heterossexual, cujo homem seria o provedor das necessidades econômicas familiares e a mulher a responsável pelos afazeres domésticos e diretamente pela educação e cuidados com a prole e membros incapacitados do núcleo familiar (STEARNS, 2017; WEEKS, 2018). Foi uma época também de fortalecimento, ascensão social e protagonismo político das classes médias — às quais esses parâmetros de comportamento ficaram normalmente vinculados. Essas normas caminhavam ao lado de ideais de moralidade, respeitabilidade e domesticidade associadas aos padrões comportamentais, sexuais e de gênero esperados com relação aos respectivos sexos de nascimento dos indivíduos e eram fortemente cobradas e enfatizadas — o que resultou num incremento da repressão sexual.

Customary usage has long defined “Victorian” as pointing to British, a even more narrowly, to English tastes, morals and manners. Its meaning has never been confined to the reign of Queen Victoria, since it is generally Victorians before her accession in 1837 and after her death in 1901. [...] there were also Victorians outside her realm. [...] and I believe that it can be properly generalized even further (GAY, 2002, p. 18).

Esse período e padrões comportamentais podem ser associados ao conceito de vitorianismo, tal qual desenvolvido por Peter Gay, o qual argumenta que este não deve ser atrelado estritamente à Inglaterra, nem ao período de reinado da Rainha Vitória, tampouco ao dito ocidente e ao século XIX — podendo ser aplicado e pensado para além desses marcadores, sendo possível assim compor também as maiores partes dos séculos XVIII e XX (Idem). Esse momento histórico, que pode-se chamar de Era Vitoriana — seguindo a teorização dos autores citados —, foi bastante caracterizado também pela ideia de amor-romântico nos relacionamentos íntimo-eróticos, o que consistia no ideal de relações erótico-sexuais monogâmicas e cis heterossexuais que completassem eternamente todas as necessidades dos envolvidos, inclusive afetivas, e que cada um cumprisse os padrões comportamentais e de gênero esperados de seu sexo de nascimento, ou seja, que o homem trabalhasse fora de casa, ocupando o espaço público e sendo, se não o único, o principal provedor econômico-financeiro da família, e a mulher permanecesse habitando normalmente a esfera doméstica e fosse a maior responsável pelas tarefas associadas diretamente ao recinto do lar e pelos cuidados com a prole e com outros familiares que pudessem estar necessitados. Os padrões comportamentais e papéis de gênero normalizados, demarcados e cobrados na época eram fundamentados, entre outros aspectos, pelo caráter religioso, devido ao fato da maior parte da população no período se identificar com alguma prática religiosa institucionalizada, sendo mais ou menos praticantes e

fervorosos — no caso, dessa forma, a religiosidade consiste numa característica básica do vitorianismo. O trecho transcrito a seguir — que atrela a cosmovisão religiosa à interpretação das questões sociais e pessoais por um viés individualizado e meritocrático — é sobre o contexto vitoriano britânico, mas poderia servir em vários aspectos a outros países do mundo ocidental, inclusive para os Estados Unidos.

There were Roman Catholics, Quakers, high Anglicans and low, and nonconformists of all kinds. But the pervasive doctrine was one of salvation by works, a kind of broad evangelicalism that [...] accepted without question that heaven and a hell existed and that this earth was a testing ground. It taught men to believe that pleasure in itself was an unworthy pursuit and that contentment was reached through self-improvement (HIBBERT, 2017, p. 215–216).

Segundo alguns autores, o vitorianismo foi uma resposta dada pelas sociedades ocidentais — à época ainda fortemente marcadas pela realidade rural e bastante adeptas de certos valores morais e sexuais judaico-cristãos mais tradicionais e ortodoxos, normalmente associados ao campo — às então novas possibilidades comportamentais resultantes da habitação de grande parcela da população, no caso proveniente das classes desfavorecidas, em conglomerados urbanos e do enriquecimento das classes sociais abastadas, ambos fenômenos consistindo em frutos da Revolução Industrial e consolidação do capitalismo como modo de produção (STEARNS, 2017; WEEKS, 2018). Pode-se prosseguir na discussão argumentando que o capitalismo estabelecido com a Revolução Industrial — e majoritariamente vigente por bastante tempo depois desse momento inicial — necessitava dos rígidos, demarcados e repressivos padrões comportamentais para conseguir consolidar-se como sistema de produção elaborado e hegemônico, tendo-se em conta a importância do processo de reprodução social para a manutenção do sistema. O conceito de reprodução social se define basicamente pela centralidade para o sistema de produção do processo de fomento, promoção, fornecimento e continuidade das instituições e práticas garantidoras da manutenção das condições sociais e de vida dos diferentes setores da sociedade, sobretudo das classes desfavorecidas.

Estudos marxistas focados nessa questão têm rebatido correntes intelectuais tradicionais, inclusive uma certa bibliografia marxista clássica e mais ortodoxa, enfatizando a importância central do trabalho reprodutivo — tais quais os serviços domésticos e de cuidados — normalmente atribuído ao gênero feminino e exercido de maneira mal ou não-remunerada, para a continuidade e funcionamento fluido do sistema capitalista (BATTACHARYA, 2017). No caso, seria necessário para o capitalismo a partir da Revolução Industrial, em seu período considerado inicial, ainda se consagrando como modo de produção dominante, que os controles

e padrões comportamentais fossem fortemente rígidos, demarcados e repressivos em prol do bom funcionamento do sistema capitalista de então. Ao passo que mais tardiamente, pelo menos em seus países centrais, o capitalismo já estando consolidado como modo de produção estabelecido não precisaria enfatizar essa lógica estrita, assim podendo-se abrir caminho de forma mais frequente para a negociação das normas vitorianas e para aceitação dentro mesmo do sistema capitalista de comportamentos anteriormente vedados e inaceitáveis pelo próprio, os legitimando e legalizando então em outro momento — processo elaborado e denominado conceitualmente pelo termo intitulado de dessublimação repressiva (MARCUSE, 2002).

Se faz salutar afirmar que, apesar de poder considerar-se que os padrões vitorianos tenham prevalecido convencionalmente como normativos e terem sido extremamente cobrados e enfatizados por cerca de pelo menos dois séculos, da segunda metade do século XVIII a meados do XX, não eram todos que queriam e/ou conseguiam atender a essas expectativas — dentre outros grupos, as classes desfavorecidas, para não mencionar a comunidade LGBTQ+, tinham particular dificuldade para cumprir os padrões reforçados pelo vitorianismo vigente então, já que um homem de pouco poder aquisitivo, com uma renda baixa, ser provedor por excelência das necessidades econômicas da família e uma mulher sem empregados, muitas vezes tendo que trabalhar fora de casa e normalmente em condições insalubres, dar conta bem dos afazeres domésticos e dos cuidados com familiares é no mínimo altamente improvável — os levando a negociar tanto quanto possível essas normas. Houve também momentos ao longo desse período, sobretudo em algumas regiões e entre certos grupos, que os papéis comportamentais, sexuais e de gênero tão cobrados e enfatizados de maneira idealizada, eram autorizados e até incentivados a serem negociados, como por exemplo durante guerras, quando as mulheres foram por vezes incentivadas a assumir postos de trabalho deixados pelos homens que eram direcionados aos campos de batalha — fora da esfera doméstica, portanto negociando-se a idealização da mulher enquanto dona de casa pertencente quase que exclusivamente ao espaço do lar. Se faz salutar mencionar que normalmente indivíduos que tinham dificuldade em atender esses parâmetros comportamentais estabelecidos, e/ou não o queriam, tentavam ao máximo atendê-los ou pelo menos fingiam fazê-lo, muitas vezes a altos custos (JOSHI, 2019).

É importante também deixar evidente que modelos comportamentais, sexuais e de gênero rígidos, bem demarcados e cobrados não surgiram nem são exclusivos do período concernente à época que se estende da segunda metade do século XVIII a meados do século XX — estes já existiam muito anteriormente a esse recorte temporal, há pelo menos alguns milênios em várias sociedades. Como e por que esses parâmetros idealizados surgiram é objeto

de discussão. A explicação mais plausível sobre a razão desses padrões terem se estabelecido é que eles tinham uma função prática em sua essência original. Essa consistindo na ideia de que em sociedades tradicionais, normalmente rurais ou bastante próximas e dependentes do meio agrário, o controle dos corpos, sobretudo os femininos, se fazia necessário para que não houvesse dúvidas com relação à paternidade da prole em prol da aquisição de heranças, posse de terras e bens em geral pela descendência consanguínea dos detentores originais desses recursos — além de que dessa maneira seria mais possível também tentar-se evitar potenciais explosões demográficas descontroladas e proliferação disseminada de doenças venéreas, sendo todos esses fatores arriscados e potencialmente danosos para qualquer sociedade (ENGELS, 2018; FOUCAULT, 2020; STEARNS, 2017; WEEKS, 2018). Outro ponto salutar de ser mencionado é o proposto por Christine Delphy (2016) e Leopoldina Fortunati (2025), o qual faz eco com a corrente de pensamento marxista da reprodução social — da qual Tithi Battacharya (2017) é representante —, que argumenta que, sendo a reprodução humana elemento central da economia domiciliar enquanto unidade produtiva, dessa forma possuindo uma centralidade para a economia como um todo e também para o núcleo familiar-domiciliar em particular, e o controle dos corpos fundamental para a fluidez do fenômeno social reprodutivo, esses padrões comportamentais estabelecidos de forma idealizada convencionalmente cumpririam papel ímpar na efetividade do controle sobre os corpos e, conseqüentemente, para o funcionamento do meio domiciliar-familiar e sua reprodução. E, assim, para a própria reprodução do sistema de produção capitalista em geral.

3. Políticas públicas de assistência social nos Estados Unidos, vitorianismo e os longos anos 1960

As políticas públicas nos Estados Unidos, que visam dar alguma assistência à população, sobretudo em sua parcela mais empobrecida, foram profundamente marcadas tanto pelo contexto político, quanto cultural e social daquele país. Lá, devido às diferenças importantes inclusive de interesse das classes abastadas entre os diversos estados e regiões, principalmente entre aqueles que consistiam nas antigas colônias inglesas do norte e do sul — sendo os nortistas em maioria populacional brancos, urbanos e industrializados, ao passo que os sulistas eram de população majoritariamente não-branca, agroexportadores e rurais —, se consentiu num pacto federativo e na criação de uma constituição federal que garantisse bastante espaço político e poder decisório local às unidades da federação. Muito por influência disso,

até a crise de 1929 havia poucas e limitadas medidas assistenciais à nível federal — sendo salutar lembrar que lá historicamente o Estado em sua esfera federativa possui um poder não tão amplo para a promoção de políticas nacionais internas, as quais afetam a vida dos habitantes do país mais diretamente, ao passo que as unidades da federação possuem poderes de interferência maiores nesse campo. A partir da crise, começou-se a demandar cada vez mais que o Estado atendesse às necessidades econômicas e sociais de grande parte da população que se via desempregada e numa realidade de pobreza e miséria crescentes.

Nesse contexto histórico surge a candidatura de Franklin Delano Roosevelt à presidência pelo Partido Democrata, que ganha as eleições presidenciais de 1932, pondo em prática uma série de medidas federais visando criar e fomentar políticas públicas de assistência social nacionalmente — projeto que ficou conhecido como *New Deal*. Devido à sua popularidade, propiciada pelas demandas populares daquele período histórico, e capacidade de negociação com as autoridades empresariais e governamentais dos diferentes estados norte-americanos, o então presidente conseguiu pôr em prática boa parte das políticas assistenciais almejadas, como por exemplo a criação, fomento, implementação e disseminação de fundos de pensão, planos de previdência e seguros-desemprego — além de ter promovido o fortalecimento, a criação e aumentado o poder de sindicatos e organizações de trabalhadores e trabalhistas. Porém, em grande parte devido às negociações que se fizeram necessárias com as diversas autoridades estaduais e empresariais, essas políticas públicas não lograram atender certos setores da população — estes consistindo sobretudo na parcela racializada do povo estadunidense, à época principalmente negros trabalhadores rurais habitantes de estados no sul do país — apesar de ter reduzido a pobreza e a miséria consideravelmente dentre a sociedade estadunidense como um todo. Além disso, as políticas públicas do *New Deal* são um marco importante na história daquele país, consistindo numa ampliação da ingerência do Estado à nível federal sobre as unidades da federação e sobre a vida dos cidadãos que continuam a influir sobre a elaboração de medidas assistenciais nos Estados Unidos até a atualidade.

O período após a Segunda Grande Guerra foi uma época que ficou marcada até certo ponto pela continuidade em determinados aspectos de algumas restrições e danos herdados do conflito — sobretudo na Europa, onde o racionamento de alimentos e infraestruturas danificadas seguiram presentes até à década de 1950 —, e num momento posterior pela sensação de bonança econômica e políticas públicas de bem-estar social. Nos Estados Unidos, nação que praticamente não viveu as batalhas e a consequente destruição de infraestrutura em seu território, pode-se afirmar que não houve um momento de racionamento e danos físico-

estruturais após a guerra — pelo contrário, devido ao caos que seguiu sendo realidade na Europa por alguns anos do pós-guerra, a economia norte-americana até ganhou e melhorou com essa situação, já que foram os Estados Unidos grandes fornecedores de empréstimos financeiros e produtos industrializados diversos aos países europeus ainda devastados pelo conflito. E as políticas assistenciais, fomentadas e coordenadas sobretudo pela União, ou seja, o Estado Estadunidense a nível federal — iniciadas majoritariamente pelo *New Deal* do Governo Roosevelt —, prosseguiram, contribuindo profundamente para a sensação de bem-estar social no país. Esse conjunto de fatores propiciou a criação, ampliação e manutenção de postos de trabalho, estes consistindo sobretudo em empregos bem remunerados, o que associado à proteção social, como por exemplo pensões, aposentadoria e seguro-desemprego, gerou um aumento do poder aquisitivo entre a sociedade estadunidense. A transcrição a seguir do autor Tony Judt se refere à Europa, mas poderia tranquilamente ser uma referência à realidade norte-americana do pós-Segunda Guerra.

In many of its essential features, daily life in the first decade after World War Two would have been thoroughly familiar to men and women of fifty years earlier (JUDT, 2005, p. 226–227).

Pode-se argumentar também que esse período dos anos do imediato pós-Segunda Guerra foi um momento histórico no qual prevaleceu um ideal comportamental, sexual e de gênero dito convencional, de reforço dos ideais vitorianos — o que impactava diretamente na forma a qual as políticas públicas de assistência social, herdadas e profundamente marcadas nos Estados Unidos pelas medidas do *New Deal*, eram formuladas, planejadas e postas em prática. Muitas mulheres, as quais foram incentivadas a ocupar postos de trabalho deixados por homens que se tornaram combatentes durante a guerra, foram despedidas ou decidiram deixar essas vagas espontaneamente no intuito de se casar e construir família no período pós-guerra, tornando-se profissionalmente donas de casa de forma exclusiva enquanto sua única ocupação. E os homens, principalmente os retornados do conflito, voltaram majoritariamente a ocupar os empregos formalizados, sobretudo os mais bem-remunerados, e em peso se casaram e constituíram família, tendo filhos. Por esse motivo, essa época do pós-guerra ficou marcada pelo crescimento demográfico que ficou conhecido como *baby boom*. Os ideais comportamentais vitorianos eram reafirmados por representantes do Estado, por algumas figuras sociais proeminentes e pela mídia. Normalmente as mulheres que não atendiam o padrão esperado eram percebidas como desajustadas ou coitadas que não conseguiam casar-se e/ou seriam forçadas a trabalhar fora do

ambiente do seu lar para garantir seu sustento. Enquanto isso, os homens que não cumpriam as expectativas sociais de gênero vitorianas eram comumente vistos como imaturos e/ou irresponsáveis, não querendo se comprometer com os deveres concernentes à família tão prezados pelo vitorianismo. Havia também um temor por parte dos progenitores, às vezes mais constante entre certos pais, que a prole não cumprisse esses padrões de comportamento, podendo ter os filhos enquadrados na categoria dos desviados das normas sociais predominantemente aceitas e convencionalmente vigentes (MINTZ; KELLOGG, 1998).

Esse contexto social abre caminho para o surgimento dos longos anos 1960, um período caracterizado por um *ethos* temporal-social contestador, rebelde, anti-disciplinar e de visibilidade da juventude e das minorias políticas (BRADBURY *et al.*, 1981; HOBSBAWM, 1996; MARWICK, 1998). Nos Estados Unidos, a população negra lutando por direitos, sobretudo nos estados do sul, foi importante propulsora e protagonista desse *ethos* epocal. Começou-se então a apontar os problemas do Estado estadunidense de forma mais difundida e veementemente entre a sociedade norte-americana e suas políticas de proteção e bem-estar social passam a ser crescentemente questionadas. Um problema do estado de bem-estar norte-americano levantado pelos ativistas defensores dos direitos dos negros foi a questão de grande parcela da população não-branca, à época sobretudo afro-americanos, não conseguir ter acesso a empregos formalizados e mais bem remunerados, consequentemente tampouco ter acesso às políticas assistenciais e à proteção social — sendo positivo recordar que a proteção social naquele país era normalmente vinculada aos trabalhadores formais e certas vezes vinculados a sindicatos associados a determinados locais de trabalho e/ou categorias profissionais, o que pode ser, talvez, considerada uma lógica corporativista.

A partir de então, levantou-se outros apontamentos e questionamentos, como por exemplo que a proteção social e as políticas públicas, em especial com relação às atividades domésticas e cuidados, eram normalmente negligenciadas em certo sentido, sendo bastante formuladas tendo como base os padrões familiares vitorianos idealizados do homem empregado fora do lar, provedor da renda familiar por meio do trabalho formal, e da mulher exclusivamente dona de casa, responsável pelos afazeres domésticos, criação mais direta dos filhos e cuidados da família. O que acabava não atendendo muitas vezes sequer as necessidades básicas de parte significativa do povo a qual não atendia esses parâmetros, como por exemplo pessoas sem emprego formal e bem remunerado, pais e mães solo, dentre outros, que ficavam marginalizados (SELF, 2012; FARIAS, 2020).

4. Após os longos anos 1960, uma possibilidade de políticas públicas assistenciais voltadas para uma outra reprodução social e para o bem-estar no século XXI

Com os questionamentos feitos durante os longos anos 1960, tentou-se ao menos um pouco em determinadas medidas, promover-se certas políticas públicas de assistência social, levando-se em consideração que não necessariamente a população estadunidense atende aos padrões comportamentais vitorianos (SELF, 2012). Apesar disso, esses parâmetros continuam a ser fomentados, enfatizados e cobrados sobretudo por determinada parcela da sociedade estadunidense pertencentes a certos setores sociais. Melinda Cooper (2017) indica como o discurso religioso, sobretudo cristão conservador e de tendências fundamentalistas presente em muitas congregações cristãs, se baseia em noções vitorianas idealizadas, visando legitimar a ideia de privatização e responsabilidade pessoal-familiar sobre a reprodução humana essencial, reforçando um modelo capitalista neoliberal selvagem. Chelsea Ebin (2024), fazendo coro com Cooper, aponta inclusive como se construiu a articulação política e intelectual reacionária entre conservadores religiosos cristãos, fossem eles católicos ou protestantes, nos EUA da década de 1970, que contestaria as reivindicações universalistas e anti-vitorianas por direitos cujo apogeu se deu nos longos anos 1960 — articulação essa que teve como base, sendo adepta e promotora, o ideário comportamental vitoriano.

Além disso, como também aponta Cooper, as políticas públicas de proteção social vêm seguindo um caminho majoritariamente constante e crescente de redução de recursos e voltadas sobretudo para atender um ideal de necessidades mínimas dos cidadãos, abrindo assim espaço para sua possível complementação por parte das pessoas detentoras de mais condições econômico-financeiras para tal através da iniciativa privada (ESPING-ANDERSEN, 1991) — sendo esse outro elemento favorável às empresas, simbólicas do sistema de produção capitalista. A transcrição a seguir resume bem o pensamento desenvolvido pela autora, demonstrando que ela associa umbilicalmente as ideias neoliberais ao neoconservadorismo — os quais são compostos visivelmente por elementos ideais vitorianos.

[...] between the 1960s and 1980s, poverty activists, welfare militants, feminists [...] articulated a novel politics of redistribution that delinked risk protection from the sexual division of labor and social insurance from sexual normativity. [They] were historically unique in that they continued to fight for greater wealth and income redistribution [...] refusing the normative constraints of the Fordist family wage. [...] when the liberation movements of the 1960s began to challenge the sexual normativity of the family wage as the linchpin and foundation of welfare capitalism that the neoliberal-new social conservative alliance came into being. What they proposed [...] was not a return to the Fordist family wage [...], but [...] the [...] reinvention of a much

older, poor-law tradition of private family responsibility [...]. [...] welfare has been transformed from a redistributive program into an immense federal apparatus for policing the private family responsibilities of the poor, while deficit spending has been steadily transferred from the state to the private family. [...] [They] have sought to revive the tradition of private family responsibility [...], while [...] accommodating and neutralizing the most ambitious political desires of the 1960s (COOPER, 2017, p. 21–22).

Levando-se em conta uma noção de justiça a qual atribui à base desse conceito uma mescla intrínseca com a ideia de igualdade enquanto equidade social, visando a dignidade humana, pode-se argumentar que se deve atender tanto quanto possível às necessidades de cada cidadão considerando suas especificidades — sendo dever dos indivíduos e da sociedade como um todo contribuir para o bem-estar da coletividade de acordo com as possibilidades de cada um (RAWLS, 2006; RAWLS; KELLY, 2001; WEBER, 2013). Tendo-se essa máxima em mente pode-se considerar que a divisão rígida e pré-estabelecida de papéis sociais de comportamento em acordo com o gênero atribuído no nascimento das pessoas é injusta, já que dessa maneira não se dá relevância a aspectos subjetivos das personalidades individuais. Além de não se dar a devida importância a outros fatores sociais que corroboram as particularidades dos diversos indivíduos e grupos.

O maior exemplo da imprecisão e injustiça da imposição e insistência dos parâmetros comportamentais de gênero vitorianos idealizados é que pesquisas há décadas apontam o quão cansativos e alienantes são os afazeres domésticos, levando à sobrecarga mental e física das pessoas encarregadas de desempenhar esse trabalho, sobretudo as mulheres, a quem é principalmente atribuída a obrigação quanto ao desempenho dessas atividades (OAKLEY, 1976). A insistência nesses padrões de comportamento no contexto social atual tende a limitar a plena participação democrática e a ocupação do espaço público por vários indivíduos que não correspondem a essas expectativas idealizadas. Considerando que é dever dos cidadãos e da sociedade em geral importar-se com o bem-estar e com o cumprimento das necessidades individuais e coletivas de todos, faz-se crucial pensar numa forma de responder a esse problema, que é uma questão vital para a humanidade. Já que todo ser humano precisa usufruir em certa medida dos serviços de reprodução social, nos quais consistem as atividades domésticas e de cuidados (BATTHACHARYA, 2017), e uma parcela considerável da sociedade está sofrendo com as consequências de ter de atender a demanda por esse trabalho para além de suas possibilidades e capacidades (OAKLEY, 1976) — considerando-se, dentre outros pontos, que cerca da metade da população mundial é composta por mulheres, a quem no caso é normalmente atribuída a responsabilidade pelo provimento desses serviços.

Há certas propostas de como atender à demanda pelos serviços essenciais para reprodução social — tais quais lavar, limpar e cozinhar — em prol de retirar a sobrecarga sobre algumas pessoas e grupos causada pela atribuição da responsabilidade majoritária e/ou exclusiva pelo desempenho desse trabalho. A maior parte dessas proposições sugere a boa remuneração e coletivização da responsabilidade e fornecimento desses serviços — como, por exemplo, o pagamento de salários para quem exerce o trabalho doméstico; a atribuição da responsabilidade sobre os afazeres domésticos a todos os indivíduos que habitam a residência, independentemente do gênero dessas pessoas; a criação e manutenção de equipes e espaços voltados para questões reprodutivas, tipo refeitórios populares, grupos coletivos de limpeza, creches, casas de repouso e hospitais; entre outras (FEDERICI, 2019; DAVIS, 2016).

Uma possibilidade de resposta à essa questão no século XXI é por meio da promoção de políticas públicas de assistência social que visem o repasse de recursos e a promoção de instituições público-coletivas — como hospitais, creches, refeitórios populares, casas de repouso, grupos de limpeza, dentre outros — no intuito de atender à demanda pelos serviços de reprodução social e ao mesmo tempo dê conta de realizar o pagamento de salários e formar pessoas individualmente para desempenhar trabalhos domésticos e de cuidados com as novas e antigas gerações, com os doentes e com os possíveis necessitados em geral. Esse modelo de políticas públicas assistenciais pode ser denominado de cuidador universal, tal como sugere a autora norte-americana Nancy Fraser (1997), promotora dessa ideia. Como Angela Davis (2016) sugeriu, outro caminho que pode ser cogitado é o da industrialização do espaço doméstico, principalmente agora com as inovações sobretudo nos campos da robótica e da inteligência artificial, talvez possa-se pensar até na informatização espacial-domiciliar em prol de que essas novas tecnologias deem conta dos serviços essenciais para a reprodução humana.

5. Conclusão

Nessa reflexão, sugeriu-se o estabelecimento de uma máxima que possa servir como guia ideal a ser alcançado para um modelo de políticas públicas assistenciais nos Estados Unidos, sobretudo na esfera dos serviços essenciais para reprodução humana, tendo-se em mente principalmente a riqueza daquele país e princípios bem definidos de justiça. Através dessa reflexão, pode-se também inferir que o discurso vitoriano está intimamente ligado e sendo utilizado de forma constante por um pensamento religioso, sobretudo cristão, conservador e de tendências fanáticas que por sua vez dá sustento ao modo de produção capitalista. Portanto,

pode-se argumentar que para abrir-se caminho à aceitação, à legitimação e à aplicação de políticas que visem a redução da carga individual sobre as tarefas reprodutivas deve-se combater a lógica vitoriana de idealização de papéis de gênero pré-estabelecidos e convencionalmente normalizados, promotora da privatização — sobretudo individual-familiar — dos serviços essenciais de reprodução social e muitas vezes imiscuída umbilicalmente com uma interpretação cristã fundamentalista da realidade.

Referências:

BRADBURY, Malcolm *et al.* “Os anos 1960 e 1970”, in: BRADBURY, Malcolm *et al.* (orgs.) **Introdução aos Estudos Americanos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BATTACHARYA, Tithi. **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. Londres: Pluto Press, 2017.

BILES, Roger. **The South and the New Deal**. Lexington: Kentucky University Press, 1994.

COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Neoconservatism**. Nova York: Zone Books, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. **Close to Home: A materialist Analysis of Women’s Oppression**, 2º ed. Edição do kindle, Londres: Verso, 2016.

DOMHOFF, G. William. WEBBER, Michael J. **Class and Power in the New Deal: Corporate Moderates, Southern Democrats and the Liberal-Labor Coalition**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

DUBOFSKY, Melvyn. **The State and Labor in Modern America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.

EBIN, Chelsea. **The radical mind: the origins of right-wing catholic and protestant coalition building**. Lawrence: Kansas University Press, 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. São Paulo: Boitempo Editorial, Edição do Kindle, 2018.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. “As três Economias Políticas do Welfare State”, in: **Lua Nova**, n.º. 24, 1991.

FARIAS, Raphael Barreiros de. “Os longos anos 1960 como um golpe por direitos no vitorianismo ocidental”, in: **Dignidade Revista**, v. 6, n.º. 10, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FORTUNATI, Leopoldina. **The Arcana of Reproduction**: Housewives, Prostitutes, Workers and Capital, Londres: Verso, 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, v. 1–4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FRASER, Nancy. “After the Family Wage: A Postindustrial Thought Experiment”, in: **Justice Interruptus**: Critical Reflections on the “Postsocialist” [grifos do original] Condition, Londres: Routledge, 1997.

GAY, Peter. **Schnitzler’s century**: the making of middle-class culture 1815–1914. Nova York: Norton & Company, 2002.

GRANT, Susan-Mary. **A concise history of the United States of America**, Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GRIFFIN, Emma. **Liberty’s Down**: a People’s History of the Industrial Revolution. New Haven: Yale University Press, 2013.

HIBBERT, Christopher. **Life in Victorian England**. Edição do Kindle, Rockville: New Word City, 2017.

HOBBSAWN, Eric. **The Age of Extremes: A History of the World (1914–1991)**. Nova York: Vintage Books, 1996.

HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOHENBERG, Paul M. LEES, Lynn Hollen. **The Making of Urban Europe (1000–1994)**. Cambridge: Harvard Press, 1995.

JOSHI, Chitra. “Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho”, **Revista Mundos do trabalho**, v.1, n.2, p.147–70, 2009.

KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 3ª Ed. Edição do Kindle, 2011.

MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man**: studies in the ideology of advanced industrial society, 2.ed. Londres: Routledge, 2002.

LEVINE, Rhonda F. **Class Struggle and the New Deal**: industrial labor, industrial capital, and the State. Lawrence: University of Kansas Press, 1988.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal**: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARWICK, Arthur. **The Sixties**: Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, *c. 1958-c.1974*, Londres: Bloomsbury, 1998.

MINTZ, Steven. KELLOGG, Susan. **Domestic Revolutions: A Social History of American Family Life**. Nova York: Free Press, Edição do Kindle, 1988.

OAKLEY, Ann. **Woman's Work: The Housewife, Past and Present**. Nova York: Random House, 1976.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RAWLS, John. KELLY, Erin (org.) **Justice as Fairness: a restatement**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

SELF, Robert O. **All in the Family: The Realignment of American Democracy Since the 1960s**. Nova York: Hill and Wang, 2012.

STEARNS, Peter N. **Sexuality in World's History**. 2.ed. Nova York: Routledge, 2017.

VALOCCHI, Steve. "The Racial Basis of Capitalism and the State, and the Impact of the New Deal on African Americans", in: **Social Problems**, v. 41, nº. 3, 1994.

WEBER, Thadeu. "A Ideia de um "Mínimo Existencial" [grifos do original] de J. Rawls", in: **Kriterion**, nº. 127, Belo Horizonte, 2013.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality Since 1800**. 4.ed. Nova York: Routledge, 2018.